

perceções sobre a supervisão de estágio na formação inicial de professores em angola |
perceções de professores e estudantes sobre o ensino e a aprendizagem de matemática em
cenário de pandemia da covid-19 | desenvolvimento curricular e ciência cidadã: caminhos cocria-
dos | história da ciência em projetos steam: contribuições possíveis | ensaios de transposição de
narrativas textuais para plataformas digitais 2d e 3d aplicadas ao ensino superior a distância |
influências de modelos administrativos nos modelos de formação no âmbito da administração
pública federal brasileira | proposta de percurso da sustentabilidade do smart knowledge garden:
criando conexões entre espaços e disciplinas | o aconselhamento no luto: uma revisão sistemática
da literatura | o caso da norte-saúde: avaliação da formação orientada para o controlo ou para a
emancipação? | a educação para o empreendedorismo como fator de desenvolvimento económico
e social. propostas de mudanças sustentáveis: um estudo de caso no ensino superior em timor-
leste | o aluno como agente e cocriador dos processos de aprendizagem. uma narrativa a partir da
voz de alunos de uma escola de 3.º ciclo do ensino básico da madeira | experiências socioculturais
ao ar livre de uma infância urbana contemporânea: a tradição local de saltar no rio douro | evidên-
cias do protagonismo de crianças nas aprendizagens em vivências de educação infantil | desafios
e possibilidades do ensino de biodiversidade através do pensamento filogenético - resultados pre-
liminares | a promoção da inclusão dos alunos migrantes africanos e brasileiros, em escolas portu-
guesas | os coletivos feministas como um espaço de emancipação do conhecimento e de confronto
ao patriarcado colonial | crianças indígenas e infância no brasil: experiências sociais em contexto
intercultural | online and conventional mode of teaching and learning business mathematics using
gamification tools in higher education | perceções sobre a supervisão de estágio na formação



FUTUROS DA EDUCAÇÃO
Ciência Cidadã e Cocriação

ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES EM EDUCAÇÃO

TÍTULO

VI ENJIE Encontro Nacional de Jovens
Investigadores em Educação
Livro de atas 4 e 5 de fevereiro de 2022

ORGANIZADORES

Ana Paula Cardoso (Afiliação: CI&DEI/ESEV/IPV ORCID:0000-0001-5062-4098)
Dina Tavares (Afiliação: CI&DEI/ESECS/PL/CIDMA/D. Matemática U.Aveiro) ORCID:0000-0002-4938-0855)
Filipe Santos (Afiliação: CI&DEI/ESECS/PL ORCID:0000-0003-1169-5816)
Hélia Pinto (Afiliação: CI&DEI/ESECS/PL Ciência ID: B211-F250-98AF)
Isabel Simões Dias* (Afiliação: CIEQV/ESECS/PL Ciência ID: 521C-3569-D044)
Marta Fonseca (Afiliação: CI&DEI/CIEQV/PL Ciência ID: C51F-FC8E-986C)
Nicole Duarte (Afiliação: CI&DEI/ESECS/PL/ Instituto de Educação UL Ciência ID: D718-5FC5-D846)
Pedro Morouço (Afiliação: ESECS/PL ORCID ID 0000-0002-5956-9790)
Pedro Tadeu (Afiliação: CI&DEI/ESECD/IPG ORCID: 0000-0002-0698-400X)
Rui Matos (Afiliação: CIEQV/ESECS/PL Ciência ID: E91C-D6C7-62A5)
Sandrina Milhano (Afiliação: CI&DEI/ESECS/PL ORCID: 0000-0001-6747-9472)

EDIÇÃO

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

PROJETO GRÁFICO

João Pinheiro

ISBN

978-989-8797-82-7

DOI

—

Edição Eletrónica
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria © 2022

A originalidade dos textos apresentados é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Este trabalho é cofinanciado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto Ref.^a UIDB/05507/2020. Agradecemos adicionalmente ao Centro de Estudos em Educação e Inovação (CI&DEI) e ao Politécnico de Leiria pelo apoio prestado.

percepções sobre a supervisão de estágio na formação inicial de professores em angola | percepções de professores e estudantes sobre o ensino e a aprendizagem de matemática em cenário de pandemia da covid-19 | desenvolvimento curricular e ciência cidadã: caminhos cocriados | história da ciência em projetos steam: contribuições possíveis | ensaios de transposição de narrativas textuais para plataformas digitais 2d e 3d aplicadas ao ensino superior a distância | influências de modelos administrativos nos modelos de formação no âmbito da administração pública federal brasileira | proposta de percurso da sustentabilidade do smart knowledge garden: criando conexões entre espaços e disciplinas | o aconselhamento no luto: uma revisão sistemática da literatura | o caso da norte-saúde: avaliação da formação orientada para o controlo ou para a emancipação? | a educação para o empreendedorismo como fator de desenvolvimento económico e social. propostas de mudanças sustentáveis: um estudo de caso no ensino superior em timor-leste | o aluno como agente e cocriador dos processos de aprendizagem. uma narrativa a partir da voz de alunos de uma escola de 3.º ciclo do ensino básico da madeira | experiências socioculturais ao ar livre de uma infância urbana contemporânea: a tradição local de saltar no rio douro | evidências do protagonismo de crianças nas aprendizagens em vivências de educação infantil | desafios e possibilidades do ensino de biodiversidade através do pensamento filogenético - resultados preliminares | a promoção da inclusão dos alunos migrantes africanos e brasileiros, em escolas portuguesas | os coletivos feministas como um espaço de emancipação do conhecimento e de confronto ao patriarcado colonial | crianças indígenas e infância no brasil: experiências sociais em contexto intercultural | online and conventional mode of teaching and learning business mathematics using gamification tools in higher education | percepções sobre a supervisão de estágio na formação inicial de professores em angola | percepções de professores e estudantes sobre o ensino e a

WOMEN JUN

FUTUROS DA EDUCAÇÃO
Ciência Cidadã e Cocriação

ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES EM EDUCAÇÃO

Índice

- 6 *Introdução*
- POLÍTICAS EDUCATIVAS, DIDÁTICAS E FORMAÇÃO**
- 10 *Perceções sobre a supervisão de estágio na formação inicial de professores em Angola*
Fernando Ngjo, Teresa Vilaça
- 16 *Perceções de professores e estudantes sobre o ensino e a aprendizagem de Matemática em cenário de pandemia da COVID-19*
Luís Lapa, Isabel Cabrita
- 24 *Desenvolvimento curricular e ciência cidadã: caminhos cocriados*
Adérita Fernandes, Fernando Correia
- 32 *História da ciência em projetos steam: contribuições possíveis*
Cleidson Venturine, Isabel Malaquias
- 42 *Ensaio de transposição de narrativas textuais para plataformas digitais 2d e 3d aplicadas ao ensino superior a distância*
Cristiane Jorge de Lima Bonfim, Demetrius Lacet, Daniela Pedrosa
- 54 *Influências de modelos administrativos nos modelos de formação no âmbito da administração pública federal brasileira*
Karolina Vyvyan Lopes da Silva
- 72 *Proposta de percurso da sustentabilidade do smart knowledge garden: criando conexões entre espaços e disciplinas*
Alfonso Meneses, Meng Guo, Ricardo Torres, Sara Santos
- EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA**
- 84 *O aconselhamento no luto: uma revisão sistemática da literatura*
Cristina Felizardo, Paula Santos, Margarida Cerqueira
- 92 *O caso da Norte-Saúde: avaliação da formação orientada para o controlo ou para a emancipação?*
André Carvalho, Fernanda Martins
- EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE**
- 104 *A educação para o empreendedorismo como fator de desenvolvimento económico e social. Propostas de mudanças sustentáveis: um estudo de caso no ensino superior em Timor-Leste*
Bia Ble Hitu Carvalho de Jesus, Conceição Leal da Costa, Rui Quaresma
- EDUCAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO**
- 116 *O aluno como agente e cocriador dos processos de aprendizagem. uma narrativa a partir da voz de alunos de uma escola de 3.º ciclo do ensino básico da madeira*
Sofia Silva, Nuno Fraga
- 126 *Experiências socioculturais ao ar livre de uma infância urbana contemporânea: a tradição local de saltar no rio Douro*
Fernanda Brito, Manuela Ferreira
- 134 *Evidências do protagonismo de crianças nas aprendizagens em vivências de educação infantil*
Laércio Francesconi, Rosa Branca Tracana, Maria Cristina Pansera de Araújo
- 142 *Desafios e possibilidades do ensino de biodiversidade através do pensamento filogenético – resultados preliminares*
Carolina Maria Boccuzzi Santana, Graça Simões de Carvalho, Fernanda Franzolin
- 150 *A promoção da inclusão dos alunos migrantes africanos e brasileiros, em escolas portuguesas*
Alexandra Siqueira, Ana Paula Silva
- 158 *Os coletivos feministas como um espaço de emancipação do conhecimento e de confronto ao patriarcado colonial*
Kenia Silva, Maria José Magalhães
- 166 *Crianças indígenas e infância no Brasil: experiências sociais em contexto intercultural*
Iramar Lage Santos, Manuel Jacinto Sarmento
- TIC E MULTIMÉDIA NA EDUCAÇÃO**
- 176 *Online and Conventional mode of teaching and learning Business Mathematics using Gamification tools in Higher Education*
Paul Joseph Lawrance, António Moreira, Carlos Santos

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através de FTT
Fundação originalidade dos textos apresentados é da exclusiva
responsabilidade dos seus autores, sendo que os mesmos
foram revistos e aprovados por pares

Introdução

Os Centros de Investigação em Ciências e Políticas da Educação promoveram, pela sexta vez, o **Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação**, evento anual que pretende reunir e dar voz aos jovens investigadores em Portugal, no âmbito da formação avançada integrada nos referidos centros – o **VI ENJIE**.

O **Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação – ENJIE** – é uma iniciativa do Conselho de Centros de Investigação em Ciências e Políticas da Educação, um grupo constituído por Unidades de Investigação e Desenvolvimento (UID) na área da Educação, cujos objetivos são: i) afirmar o valor da investigação na área das Ciências da Educação nas dimensões social, cultural, económica e política; ii) incrementar a presença das Ciências da Educação e respetivas UID no Sistema Científico e Tecnológico Nacional; iii) organizar espaços conjuntos de debate/divulgação da investigação em diferentes níveis; iv) dar a conhecer o trabalho desenvolvido e potenciar as representações sociais da investigação em Educação; e v) tomar posições conjuntas em torno de documentos de reflexão e de discussão, construindo posições de análise crítica conjuntas.

Organizado desde 2010, o ENJIE tem como objetivo a apresentação e discussão públicas de trabalhos em curso realizados por doutorandos e mestrandos na área das Ciências da Educação, provenientes de cursos lecionados por instituições de ensino superior portuguesas, constituindo-se, desta forma, como uma oportunidade para o enriquecimento dos percursos investigativos e formativos individuais dos seus participantes.

A edição de 2022 do ENJIE foi da responsabilidade do Centro de Estudos em Educação e Inovação (CI&DEI), uma Unidade de Investigação e Desenvolvimento (UI&D) constituída por três unidades de gestão, nos Politécnicos de Viseu, Leiria e Guarda, em articulação com o *Conselho Coordenador de Centros de Investigação em Ciência e Políticas da Educação*.

O encontro decorreu, de forma presencial, durante os dias 04 e 05 de fevereiro, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria e teve como tema enquadrador “**Futuros da Educação: Ciência Cidadã e Cocriação**”. Desta forma, proporcionou-se um ambiente favorável à partilha de experiências e ao enriquecimento mútuo dos percursos investigativos e formativos individuais dos seus participantes. As propostas apresentadas foram todas avaliadas pela Comissão Científica do evento, constituída por investigadores representando as UIs que integram o *Conselho Coordenador dos Centros de Investigação em Ciências e Políticas da Educação*.

O livro de atas reúne todos os textos completos que foram submetidos e apresentados durante o **VI ENJIE**, e distribuídos em secções que representam áreas de investigação dos centros envolvidos:

- Políticas Educativas, Didáticas e Formação
- Educação para a Saúde e Qualidade de Vida
- Educação para o Empreendedorismo e Sustentabilidade
- Educação, Cidadania e Inclusão
- TIC e Multimédia na Educação

Como evidenciado durante o VI ENJIE, e agora, também através dos textos aqui publicados, a elevada qualidade da investigação produzida na área das Ciências da Educação e, neste caso, no contexto da formação avançada dos programas de Mestrado e de Doutoramento pelos jovens investigadores, representa também o potencial de futuro de uma geração de novos investigadores e da área em Portugal. Na qualidade de Editores do livro, queremos dirigir uma palavra de agradecimento final a todos os que possibilitaram a VI edição do ENJIE e a publicação das Atas: aos investigadores juniores participantes, aos seus orientadores, aos investigadores dos vários centros de investigação e aos seus diretores, a todas as entidades que nos apoiaram, nomeadamente à ESECS/PL e à Comissão Organizadora composta por elementos do CI&DEI, do CIEQV e/ou da ESECS.

Até breve!

A Comissão Organizadora

Ana Paula Cardoso, Dina Tavares, Filipe Santos, Hélia Pinto, Isabel Simões Dias, Marta Fonseca, Nicole Duarte, Pedro Morouço, Pedro Tadeu, Rui Matos, Sandrina Milhano.

O caso da Norte-Saúde: avaliação da formação orientada para o controlo ou para a emancipação?

André Carvalho

Universidade do Minho

Fernanda Martins

Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação – Universidade do Minho

RESUMO

A área da saúde, alvo de um contínuo e avultado investimento nomeadamente em termos de investigação, é uma área em permanente evolução técnica, tecnológica e científica, o que obriga a uma constante adaptação e atualização por parte dos profissionais de saúde. Igualmente, as exigências atuais relativamente à humanização na prestação de cuidados ao doente requer dos profissionais de saúde uma redobrada capacidade reflexiva no sentido de entender as necessidades e sensibilidades de cada doente. Neste quadro, a formação profissional contínua dos profissionais de saúde emerge como área de relevo, no sentido de responder às necessidades e exigências da atualidade. No entanto, a formação profissional contínua dos profissionais pode servir não só para responder às exigências e necessidades referidas, como também pode cumprir um importante papel ao constituir-se como contributo para a garantia de uma maior autonomia, liberdade e capacidade de emancipação dos profissionais. Tudo depende da forma como se perspetiva a formação e que políticas, práticas e modelos se implementam. Neste trabalho, estudou-se o caso de uma organização de saúde da Região Norte, inserida no âmbito da Administração Pública, e procurou-se, com especial foco, identificar e descrever políticas, práticas e modelos de formação e de avaliação da formação, com o objetivo de dar resposta à pergunta: “A avaliação da formação está orientada para o controlo ou para a emancipação dos formandos-trabalhadores?”. Para isso, realizou-se um estudo de caso, com recorrência a técnicas de investigação como a análise documental, análise de informação de inquéritos por questionários desenvolvidos e implementados pela organização aos formandos e, ainda, entrevistas a pessoas chave no processo de formação. Os resultados obtidos no estudo de caso realizado, dão conta de um modelo de formação e de avaliação da formação mais orientado para o cumprimento de requisitos e normativos legais/formais e para o controlo, regulação e reconhecimento externo, admitindo, no entanto, uma certa componente estratégica e de desenvolvimento pessoal da formação.

Palavras-chave: avaliação; controlo; emancipação; formação; saúde.

INTRODUÇÃO

No quadro da sociedade atual a evolução técnica, tecnológica e científica é extremamente ágil e volátil, o que acarreta mudanças constantes nas dinâmicas de vida das pessoas.

No contexto laboral esta evolução permanente obriga a uma constante adaptação e atualização por parte dos profissionais, de modo que estes consigam responder às necessidades que vão surgindo no âmbito deste processo contínuo de transformação.

Perante este cenário a formação profissional contínua dos trabalhadores ganha uma importância acrescida, na medida em que pode constituir-se como um vetor fundamental na resposta às exigências relacionadas com a evolução já mencionada.

A área da saúde, dado o seu grau de importância elevado ao lidar diretamente com a vida humana é uma das áreas onde este modelo de evolução é mais rápido, na qual existe um forte investimento ao nível da investigação no sentido de evoluir para uma melhor prestação nos cuidados de saúde, para a aplicação de terapêuticas mais adequadas e para a realização de procedimentos mais eficazes.

Neste seguimento a formação profissional contínua dos profissionais de saúde emerge com especial relevo na sociedade atual, no sentido de contribuir para uma constante atualização dos profissionais, nomeadamente no que respeita às práticas mais adequadas ao nível da prestação de cuidados ao

doente e às evoluções científicas alcançadas.

Outra dimensão importante na prestação de cuidados ao doente relaciona-se com o aspeto da humanização. Atualmente, a humanização na prestação de cuidados ao doente é um dos temas em voga no âmbito da saúde (Lopes, 2006; SNS, 2015; Fernandes, 2018), sendo que aos profissionais desta área não só se exige a correta aplicação de procedimentos, métodos e técnicas, mas também uma abordagem ao doente humanizada, no sentido de respeitar a sua individualidade e compreender as suas necessidades.

É também no âmbito da humanização na prestação de cuidados ao doente que a formação profissional contínua dos profissionais de saúde ressalta como eixo em evidência, capaz de fornecer um lugar de debate e reflexão sobre esta matéria.

Por outro lado, com a evolução dos tempos, e cada vez mais na sociedade contemporânea, discutem-se temas como justiça social, igualdade, democracia, entre outros de índole humanista.

Os contextos laborais e profissionais não estão à margem desta discussão, no sentido que existem na sociedade debates concretos a propósito de questões como igualdade em termos de salários, justiça ao nível do tratamento dado a distintos grupos profissionais, margem de autonomia atribuída a cada classe profissional, entre outras questões.

Ora a propósito deste tipo de debates entende-se aqui também que a formação profissional contínua dos profissionais pode contribuir para reflexões e sugestões de relevo capazes de ajudarem ao nível do desenvolvimento de realidades laborais e profissionais mais justas e igualitárias, nas quais o exercício da cidadania se torne um ato diário.

Realizado este enquadramento, o presente texto tem por base uma investigação mais alargada sobre uma organização de saúde, realizada no âmbito do Mestrado em Educação, área de especialização em Formação, Trabalho e Recursos Humanos (Instituto de Educação, Universidade do Minho). No quadro da referida investigação, procurou-se descrever o modo de funcionamento da organização em apreço, tendo por base uma análise às teorias e conceções organizacionais. Procurou-se também identificar e descrever políticas, práticas e modelos de formação implementados na instituição, tendo como referência alguns modelos de formação de distintos autores. Procurou-se igualmente identificar políticas, práticas e modelos de avaliação da formação, considerando as perspetivas de avaliação e controlo e avaliação e emancipação. E, por fim, procurou-se refletir e fornecer sugestões no sentido de promover uma avaliação da formação que permita aferir sobre possíveis efeitos da formação e sua avaliação numa perspetiva emancipatória. No presente texto aborda-se a dimensão que diz respeito às políticas, práticas e modelos de formação.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Destaca-se neste texto a problemática da Educação e Formação de Adultos (EFA)¹ e da avaliação da formação. Assim, no âmbito da EFA, foram trabalhadas temáticas como políticas e práticas, modelos e metodologias, questões sobre formador e formando e, ainda, o eixo das competências. Destaca-se no que concerne à EFA o aprofundamento realizado neste estudo aos modelos de formação, com especial enfoque para o quadro teórico apresentado por Alda Bernardes (2008), composto por três tipos distintos em termos de modelos de formação e suas características, nomeadamente o modelo tradicional e utilitarista, o modelo estratégico orientado para a resolução de problemas e o modelo orientado para o desenvolvimento pessoal e social. No quadro que segue, Quadro 1, procura-se fazer uma síntese das principais características de cada modelo de formação.

Modelos de Formação e Características	
Modelos	Características
Tradicional e Utilitarista	Persegue objetivos do negócio; foco nas competências e performance e uso do trabalhador como recurso; formação como obrigatória e sem uma orientação estratégica; ónus nos resultados métricos; formação como remediadora de défices e reativa; formação como "redentora" ou "salvífica"

1 No âmbito da EFA neste trabalho recorreu-se a autores como: Freire (1975), Correia (1997), Perrenoud (2000), Le Boterf (2001), Nóvoa (2001), Kovács (2002), Melo, Lima & Almeida (2002), Cardim (2005), Bernardes (2008 e 2013), Quintas (2008), Lima (2012), Canário (2016).

Estratégico Orientado para a Resolução de Problemas	Formação como uma verdadeira opção estratégica no desenvolvimento de competências dos trabalhadores e processos de trabalho; foco no impacto no trabalho e na organização; formação conectada com a pro-dutividade e foco nos objetivos; menos transmissão e mais autonomia, responsabilidade e controlo atribuídos ao profissional; formação como um veículo de mudança
---	--

Quadro 1 – Modelos de Formação e Características (Bernardes, 2008).

Não obstante esta concetualização, de três modelos de formação distintos, a autora sinaliza uma tendência para o predomínio do modelo tradicional e utilitarista em termos de formação. Assim, afirma que,

mais do que construir capacidades para o futuro, a formação tende, ainda, a reagir a necessidades do presente; mais do que trabalhar na construção do conhecimento dos indivíduos, a formação ainda usa a transferência de grandes quantidades de informação; mais do que se destinar a trabalhar junto das equipas a favor da organização do trabalho, a formação ainda se destina à capacitação individual e a cursos isolados; mais do que se realizar em total sintonia com as chefias e os contextos de trabalho, a formação ainda se realiza totalmente dissociada da realidade dos seus destinatários (Bernardes, 2013, p. 56).

No que respeita ao tema da avaliação optou-se por se analisar vertentes como concetualização, evolução histórica e modelos de avaliação e as políticas assumidas neste domínio, adicionalmente também se desenvolveu uma associação entre avaliação e controlo e avaliação e emancipação e, por fim, procurou-se discutir outra questão igualmente complexa neste campo, a transferência da formação. No domínio da avaliação a associação entre avaliação e controlo e avaliação e emancipação foi um tema central neste estudo, pois foi com recurso a esta ligação que se analisou a conceção de formação predominante na organização. No que concerne à avaliação e controlo reproduzem-se aqui as palavras de Sobrinho (2004) e Machado (2013), num registo crítico:

Os organismos multilaterais e os países desenvolvidos, que fazem parte da OCDE, praticam-na [a avaliação] de forma contábil e gerencialista, pois, para fins de controlo, interessa aos governos e agências de financiamento ter informações acerca do desempenho econômico-financeiro dos rendimentos escolares, da eficácia administrativa (Sobrinho, 2004, p.117);

a criação de sistemas educativos centralizados e com currículo único atribui à avaliação um papel fundamental de gestão e controlo, sobretudo através dos exames. A avaliação surge, portanto, sob o signo do normativo que responde a um ideal social de homogeneidade dos indivíduos e de eliminação das diferenças encaradas como naturalmente patológicas e potencialmente perigosas (Machado, 2013, p. 13).

Já no que respeita à avaliação e emancipação referem-se neste texto as ideias de Afonso (2005) e Fernandes (2010):

pode cumprir um papel de rearticulação do Estado com a comunidade na medida em que ajuda a promover a aprendizagem dos saberes e objectivos curriculares comuns, que decorrem de uma escola básica como projecto de um Estado democrático, sem excluir as subjectividades e as necessidades que se expressam na e pela comunidade (Afonso, 2005, pp.124-125);

é necessário desenvolver avaliações em que as pessoas se possam envolver ativamente na discussão e na deliberação democrática acerca de fenómenos que podem ser determinantes para melhorar as suas vidas. Trata-se, afinal, de considerar a avaliação como um processo complexo e difícil, é certo que, primordialmente, deve contribuir para o bem-estar das pessoas, das instituições e da sociedade (Fernandes, 2010, p. 39).

Após esta apresentação exploratória das perspetivas teóricas que orientam o estudo, no ponto que se segue apresenta-se o percurso metodológico percorrido.

² No espectro da avaliação nesta investigação recorreu-se a autores como: Hadji (1994), Figari (1996), Sobrinho (1996 e 2004), Perrenoud (1999), N. Afonso (2002), Guerra (2002), Castro-Almeida, Boterf & Nóvoa (2003), A. Afonso (2005), Costa & Ventura (2005), Caetano & Velada (2007), Fernandes (2010), Correia, Fidalgo & Fidalgo (2011), Machado (2013).

METODOLOGIA

Neste estudo recorreu-se ao método do estudo de caso e efetuou-se uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa. Foram também mobilizadas várias técnicas de investigação, tais como análise documental, inquérito por questionário, entrevista, observação participante, diário de bordo e análise de conteúdo. A análise documental foi uma técnica utilizada ao longo de toda a investigação, e teve um papel preponderante nomeadamente aquando da entrada na organização estudada, visto que permitiu conhecer de forma mais profunda a realidade organizacional. O inquérito por questionário foi a única técnica que não foi aplicada de raiz neste estudo. Assim, nesta investigação foram analisadas as respostas aos questionários de avaliação da satisfação aplicados pela organização e respondidos pelos profissionais-formandos. A organização possuía os dados em bruto não analisados, sendo esse trabalho realizado nesta pesquisa. Foram analisadas estatisticamente, com recurso ao programa SPSS, 12.754 avaliações, correspondentes a um total de 1.267 ações, que ocorreram nos anos de 2017, 2018 e 2019. A opção pela análise deste questionário relacionou-se com vários fatores, desde logo, porque o mesmo contemplava dimensões perfeitamente articuláveis com os objetivos da investigação, mas não só, pois também se procurou com esta análise valorizar o que a instituição desenvolve neste domínio e o estagiário acabou também por ser também um elemento fundamental a um tratamento que até então não havia sido possível realizar. Por outro lado, havia também indícios de pouca disponibilidade por parte dos trabalhadores para responderem a mais um questionário eventualmente a aplicar pelo investigador. As entrevistas foram aplicadas a quinze profissionais, nomeadamente seis profissionais da escola de formação incluindo a diretora da mesma, um formador, sete formandos e presidente do conselho de administração. Em termos de guiões de entrevista foram criados quatro guiões distintos considerando os múltiplos atores entrevistados, sendo que todos os eles versaram sob três eixos fundamentais, a saber: políticas e práticas de trabalho; formação; avaliação da formação. A observação participante foi igualmente uma técnica de relevo nesta investigação, visto que o estudo implicou um número de horas de estágio considerável e isso permitiu que a mesma fosse utilizada em diferentes momentos e distintos acontecimentos, proporcionando deste modo a recolha de informações preciosas. Já o diário de bordo foi uma ferramenta utilizada ao longo de todo o percurso realizado dentro da própria instituição e foi um meio importante na tomada de notas de campo e nas reflexões que foi proporcionando ao longo de toda a pesquisa. Em termos de tratamento dos dados, a análise de conteúdo foi uma das técnicas em maior evidência neste estudo, visto que foi aplicada em diversos momentos no decorrer do mesmo e forneceu resultados importantes. Esta técnica foi mobilizada nomeadamente aquando da análise das respostas às entrevistas e também numa análise realizada ao conteúdo das sugestões/observações apresentadas pelos formandos-trabalhadores aquando do preenchimento do inquérito de avaliação da satisfação da formação. Sobre este último tópico foi analisado o conteúdo de 500 mensagens dos profissionais.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Este estudo teve como principais focos de análise a formação desenvolvida na instituição e sua avaliação, como anteriormente referido, com recurso a distintas técnicas utilizadas no decorrer da investigação, nomeadamente à entrevista. E ao inquérito por questionário da avaliação da satisfação, de modo ao confronto/triangulação dos dados obtidos. A partir daqui, observou-se que o modelo formativo mais visível nas políticas e práticas de formação implementadas coaduna-se mais com o tipo tradicional. A identificação deste modelo de formação deriva, desde logo, de um objetivo primordial da formação levada a cabo na instituição, que se relaciona com o cumprimento de requisitos legais. Além disso, a magnitude concedida às formações obrigatórias do ponto de vista político, ratificada pela sua forte presença no plano formativo da instituição, e do ponto de vista prático, solidificada pela maior assiduidade por parte dos trabalhadores a este tipo de formação, são fatores que corroboram o perfil mais tradicional do modelo de formação desenvolvido na organização. Também um certo declive para o exterior, seguindo orientações de entidades externas, procurando o seu reconhecimento e valorização, acompanhando normas, critérios e prazos por elas determinados, explica o cariz mais tradicional da formação implementada na instituição. Os testemunhos de diferentes entrevistados e também de profissionais abordados no terreno dão conta dessa realidade:

grande parte do plano de formação é para dar seguimento e cumprirmos com aquilo que está preconizado (...) legais e normativos (...) se formos a ver, é uma parte significativa do nosso plano de formação. Essa é uma das grandes críticas, não internas, mas que fazem os investigadores e quem trabalha nesta área da formação, à dimensão que a formação de caráter normativo e legal ocupa nas instituições, mas

a verdade é que nós não temos como lhe escapar. (Profissional da Escola 1)

há aqueles cursos que nós temos de fazer, para responder, às avaliações de qualidade, às entidades certificadoras...os obrigatórios. (Diretora da Escola de Formação)

É um constrangimento grave. A formação sendo como algo que é imposto, em vez de fomentar um espírito de... a formação é essencial (...) vai-nos ajudar a melhorar a qualidade nos nossos serviços (...) a ser melhores profissionais (...) a tratar melhor (...) os doentes. Havíamos de ir por este caminho, mas não, é quase pelo (...) oposto, a formação é uma coisa imposta, tem de ser, temos de cumprir, e por causa da certificação do hospital temos de cumprir com estes objetivos. É como te digo, cumprir com os objetivos e depois na prática não se vê o benefício disso, é... é... é relevante isso. (Profissional da Escola 4)

Não há tempo para preparar a formação devidamente, nomeadamente devido aos requisitos formais e à sobrecarga de trabalho. De momento, sinto-me um pouco desmotivada para dar formação, também por causa disso. A burocratização e a racionalização de facto existe e não há como lhe escapar. Não se pode olhar para a formação de modo isolado, tem que se contemplar toda a conjuntura e variáveis. A formação não tem a possibilidade de alterar questões salariais, de carreira, de mudança de chefe de serviço, de condições de trabalho, entre outras. (nota recolhida no terreno, relato de um profissional ao investigador)

VI ENJIE

Encontro Nacional
de Jovens Investigadores
em Educação

4 e 5 fevereiro 2022

Todavia, nota-se também que a formação desenvolvida na organização cumpre uma importante função estratégica, nomeadamente no que concerne à atualização e reciclagem dos profissionais, à aplicação diária das boas práticas e ao cumprimento de objetivos específicos orientados para o exercício profissional, incidindo no aumento da produtividade e eficácia, tal como referem alguns dos entrevistados e também alguns profissionais-formandos que observaram sobre este assunto aquando o preenchimento do questionário de avaliação da satisfação analisado neste estudo:

Primeiramente atualização de conhecimentos e formação em outras áreas menos dominadas pelos profissionais tendo sempre em foco o doente como principal interveniente. (Formando 5)

Eu acredito que os objetivos são: aquisição e consolidação de conhecimento, criação de hábitos de aprendizagem, promover a troca de experiências e vivências, mas também dar as ferramentas necessárias para o formando se tornar autónomo no seu processo de instrução. (Formando 6)

Os objetivos da formação são sem dúvida muito pertinentes. Apesar de repetitiva permite lembrar que pequenos gestos fazem grandes diferenças. (profissional-formando, observação realizada no questionário de avaliação da satisfação)

Dada a importância em ambiente hospital (infecções), penso que deveríamos ter estas informações desde do primeiro dia em funções. Foi realmente muito útil (...) Os tipos de lixo biológico, cores para a separação do lixo, tipos de máscaras e seus códigos, por exemplo, para pessoal administrativo são assuntos dos quais temos pouco conhecimento. Sobre as questões de higiene, momentos específicos a ser efetuada e a forma mais eficiente de realizar, assim como evitar joias, produtos químicos nas unhas como os vernizes (...) foram assuntos abordados e de mais interesse e importância para todos em geral. (profissional-formando, observação realizada no questionário de avaliação da satisfação)

Uma formação bem pensada, muito adequada e pertinente às necessidades de atualização dos profissionais da instituição. (profissional-formando, observação realizada no questionário de avaliação da satisfação)

Ainda sobre a formação reproduzida na instituição, verificam-se algumas práticas, nomeadamente através de formações realizadas no âmbito da psicologia, áreas comportamentais e humanização, que evidenciam alguma tónica no desenvolvimento pessoal e social dos profissionais, ao discorrer sobre matérias como autorreflexão, autodesenvolvimento e humanização, esta derradeira mais orientada para a prestação de cuidados ao doente. Alguns dos profissionais abordam essa dimensão, seja nas respostas às entrevistas realizadas, seja em observação efetuada no questionário de avaliação da satisfação:

O objetivo é sempre o doente, sempre, sempre, sempre. O centro da instituição é o doente. Tudo gira à volta dele. Portanto, se nós soubermos que existe um... e por exemplo, esta dos cateteres venosos centrais, é fundamental para quem? Não é para os profissionais. Porque eles vão aplicar o conhecimento da manipulação dos cateteres venosos centrais no doente. Os doentes vão ser de sobremaneira beneficiados, porque vão ter menos efeitos secundários, não é? Vão saber como é que hão de tratar o seu cateter. E depois repara, a confiança que isso transmite para o doente. (Profissional da Escola 4)

também destacaria neste momento, algum tipo de formação que se faz para apoiar os profissionais de saúde mesmo nos seus aspetos comportamentais. Produção de stress, a humanização...!!! Olhe, a humanização, que é uma área tão querida, que nós temos aqui a nossa Coordenadora Pedagógica, também faz parte desse grupo, e que realmente tentam fazer formação nessa área. Eu acho que seriam as áreas que... a formação clínica... e também a parte da humanização, e da gestão do stress, o bem-estar dos profissionais, eu acho que é importante. (Diretora da Escola de Formação)

Realizar mais formações nesta Área. (com um volume de trabalho tão elevado e cursos reduzidos, a humanização fica um pouco esquecida). (profissional-formando, observação realizada no questionário de avaliação da satisfação, referente a uma formação realizada no âmbito de “Ciclos de Humanização”)

Face ao exposto, e apesar do perfil tradicional maioritariamente identificado, não se pretende aqui referir que a formação ministrada pela instituição não seja útil para os seus trabalhadores, até porque os resultados obtidos nos inquéritos de avaliação da satisfação, por exemplo, deram conta que a formação institucional é útil, na perspetiva dos profissionais respondentes. Apenas se pretende notar que o modo de organização da formação, em termos de políticas e práticas nomeadamente, assume um perfil mais tradicional. Adicionalmente, ao estudar a avaliação da formação desenvolvida na instituição verificou-se que as políticas e práticas avaliativas concebidas têm uma orientação semelhante à da formação desenvolvida, isto é, apresenta uma maior tendência para o reconhecimento externo e cumprimento de normativos e requisitos exigidos por entidades externas, para a utilização de instrumentos padrão exigidos pelas mesmas entidades e quantificação do número de ações realizadas e pontuações obtidas em variáveis quantificáveis, para a generalização em matérias que existem certas especificidades e elaboração de relatórios extensos com maior enfoque no paradigma quantitativo, que seguem critérios e normas definidos por entidades auditoras. Nas palavras de diferentes dos entrevistados:

na avaliação da formação (...) a formação é avaliada por aqueles dois mecanismos (...) [questionário de levantamento de necessidades formativas e questionário de avaliação da satisfação]. Não estou muito a ver, embora ok, possa ser discutido, discutível e questionável, a forma como estão elaborados esses questionários. A verdade é que também eles servem para dar uma resposta aos tais requisitos legais e normativos. Lá está, nessa lógica de alterar, também já foi alterado, e se calhar, faz todo o sentido introduzir algumas alterações, nomeadamente na forma como as respostas estão disponibilizadas, e que podem enviar um bocadinho a resposta. (Profissional da Escola 1)

essa avaliação [capaz de ir além da mensuração] (...) é tão importante, tão pertinente (...), como é tão complexa de introduzir. Isso requeria que estivéssemos numa

VI ENJIE

Encontro Nacional
de Jovens Investigadores
em Educação

4 e 5 fevereiro 2022

atividade permanente, de fazer essa avaliação. Através do feedback, de ouvir as pessoas individualmente, relativamente àquilo que acham que a formação lhes traz (...). E, de certa forma, é um bocadinho, eu não diria impossível, porque não é, mas (...) complexo (...). Difícil [implementar], (...) porque não temos recursos, nem lógica, nem instrumentos (...) até porque, isso implica um grande trabalho de campo (...), de investigação, (...) para o qual nós não temos os recursos. (Profissional da Escola 1)

Perante os dados apresentados e respetiva reflexão, procura-se representar na Figura 1, por um lado, a coexistência destas diferentes lógicas, subjacentes ao modelo de formação e da avaliação na organização em estudo e, por outro, representar o predomínio de um modelo sobre os demais. Na Figura 2 procura-se ilustrar a orientação mais tradicional da avaliação da formação desenvolvida na organização, com particular enfoque numa avaliação e controlo.



Figura 1 – Perfil da Formação na Instituição.



Figura 2 – Caracterização do Modelo de Avaliação da Formação da Instituição.

Não obstante a identificação de um predomínio mais tradicionalista no que concerne às políticas e práticas da formação e de avaliação da formação levada a cabo na instituição, admite-se que o mesmo contexto pode dar azo a leituras distintas relativamente àquela que aqui se apresenta. Tal aspeto, resulta do ponto de se identificar pólos de análise de esferas algo opostas, como por exemplo: se por um lado, a formação responde de forma evidente a normas, critérios e requisitos, por outro lado, vários formandos classificam múltiplas formações como úteis e interessantes, mesmo as obrigatórias, que derivam desses mesmos requisitos. Também no que diz respeito à avaliação da formação, apesar de se notar que os instrumentos utilizados pela instituição dão igualmente resposta às exigências definidas exteriormente à mesma, e que não fornecem respostas àquilo que efetivamente a instituição gostaria de obter como informação relativamente à formação implementada, não menos verdade é a dificuldade com que os profissionais se deparam no sentido de encontrar instrumentos que permitam avaliar a formação numa perspetiva distinta, aliás, sobretudo, notam particulares adversidades quanto à aplicação de instrumentos de caráter mais emancipatório, desde logo por questões relacionados com o tempo para aplicação desse tipo de métodos. Outro dos pontos que pode encerrar alguma ambiguidade é que a vertente estratégica, não raras vezes, cruza-se com a vertente burocrática, porque são várias as formações que se vão tornando importantes em algum momento, tornando-se de caráter obrigatória em dado contexto temporal, e ao mesmo tempo oferecem mais um recurso estratégico no sentido de melhorar a eficácia e a produtividade dos processos. Por fim, a controvérsia burocratização-humanização. Sobre este “duelo”, se por um lado o não reconhecimento do papel burocrático e do seu peso seria negligenciar e escamotear uma realidade plasmada numa óbvia evidência, por outro lado, deve-se reconhecer o protagonismo cada vez mais saliente do tema

da humanização em contextos de formação e, particularmente, em contextos de saúde, sendo que os profissionais desta área, tal como foi notado neste estudo, reconhecem a este tópico uma extrema relevância. Deste modo, a análise a um tema como este é complexa e abre janelas sob múltiplos horizontes, que podem canalizar o investigador para uma panóplia de abordagens distintas e de importante relevo de modo a melhor compreender este tipo de contexto.

NOTAS FINAIS E REFLEXIVAS

Deste trabalho verificou-se que a formação e a avaliação da formação desenvolvidas na instituição orientam-se mais para uma perspetiva de controlo, maioritariamente focadas no cumprimento de requisitos e normativos legais/formais e no controlo e regulação de entidades externas. Por essa razão realizou-se a sugestão à instituição no sentido da mesma aprofundar o seu modelo de avaliação da formação de modo a incorporar dimensões que possam ser mais próximas de uma lógica emancipatória dos profissionais e, ainda, avaliar os efeitos da formação. Esta lógica emancipatória pode começar por desenvolver estratégias de maior envolvimento dos próprios profissionais-formandos na conceção e avaliação da formação. Esta valorização da vertente emancipatória dos profissionais, entende-se ser um passo fundamental a concretizar rumo a uma formação e sua avaliação mais favorável à elevação de valores como justiça, igualdade, democracia, entre outros de índole humanista. Mais ainda, sendo o trabalho um dos pilares fundamentais da sociedade atual concebe-se que a valorização desses ideais em processos de formação contínua dos profissionais em contexto laboral pode constituir um adequado contributo no sentido de incrementar os níveis de satisfação dos trabalhadores, nomeadamente ao focar políticas e práticas que fomentem a reflexão conjunta, a partilha de ideias e processos de decisão, a construção conjunta de objetivos e planos, entre outros aspetos. Acresce também o facto de a organização estudada se inserir no âmbito da Administração Pública, e nessa medida sugere-se como fundamental o Estado evoluir para um estágio de descentralização mais elevado, que permita uma maior liberdade dos atores em contexto, nomeadamente ao nível do processo de tomada de decisão. Para terminar, entende-se que numa sociedade do século XXI, na qual se deve estimar a liberdade dos indivíduos, se deve reconhecer a sua capacidade para tomar decisões acerca da sua realidade, se deve enaltecer valores como a justiça social, igualdade e democracia, urge desburocratizar e descentralizar as estruturas organizacionais, nomeadamente no âmbito da Administração Pública.

VI ENJIE

*Encontro Nacional
de Jovens Investigadores
em Educação*

4 e 5 fevereiro 2022

FINANCIAMENTO

Este trabalho é financiado pelo CIED Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. (2005). Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas (3^a ed.). Cortez.
- Afonso, N. (2002). Avaliação e desenvolvimento organizacional da escola. In J. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura (Orgs.), Avaliação de organizações educativas: actas do II Simpósio sobre organização e gestão escolar (pp. 51-68). Universidade.
- Bernardes, A. (2008). Políticas e práticas de formação em grandes empresas – Situação actual e perspectivas futuras. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 6, 1646-4990.
- Bernardes, A. (2013). Políticas e práticas de formação em grandes empresas: a dimensão educativa do trabalho. Porto Editora.
- Caetano, A. & Velada, R. (2007). O problema da transferência na formação profissional. In A. Caetano (Coord.), Avaliação da formação: estudos em organizações portuguesas avaliação (pp. 19-38). Livros Horizonte.
- Canário, R. (2016). Trabalho e formação de adultos: entre o ser e o ter. *Revista contemporânea de educação*, 11(22), 264-280, Retirado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2700/7136>.
- Cardim, J. (2005). Formação profissional: problemas e políticas. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Castro-Almeida, C., Boterf, G. & Nóvoa, A. (1993). A avaliação participativa no decurso dos projectos: re-

flexões a partir de uma experiência de terreno (programa JADE). In A. Estrela & A. Nóvoa (Orgs.), *Avaliações em educação: novas perspectivas* (pp. 115-135). Porto Editora.

- Correia, J. (1997). Formação e trabalho: contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação. In R. Canário (org.), *Formação e situações de trabalho* (pp. 3-30). Porto Editora.
- Correia, J., Fidalgo, F. & Fidalgo, N. (2011). A avaliação como trabalho e o trabalho da avaliação. *Educação, Sociedade & Culturas*, 33, 37-50, Retirado https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC33/ESC33_Artigos_Correia.pdf.
- Costa, J. A., & Ventura, A. (2005). Avaliação e desenvolvimento organizacional. *Infância e Educação – Investigação e Práticas*, 7, 148-161.
- Fernandes, A. (2018). Relatório da Saúde 2018. Serviço Nacional de Saúde, Governo de Portugal. Retirado <https://www.sns.gov.pt/retrato-da-saude-2018/>.
- Fernandes, D. (2010). Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. In A. Afonso & M. Esteban (Orgs.), *Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação* (pp. 15-44). Cortez Editora.
- Figari, G. (1996). *Avaliar: que referencial?* Porto Editora.
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do oprimido* (2ª ed.). Afrontamento.
- Guerra, I. (2002). A avaliação de um projeto de intervenção. In I. Guerra, *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: o planeamento em ciências sociais* (2ª ed.) (pp. 175-205. Principia – Publicações Universitárias e Científicas.
- Hadji, C. (1994). *A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos*. Porto Editora.
- Kovács, I. (2002). *As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação* (1ª ed.). Celta Editora.
- Le Boterf, G. (2001). Da Engenharia da Formação à Engenharia das Competências: que procedimentos? que actores? que evoluções? In P. Carré & P. Caspar, *Tratado das Ciências e das Técnicas da Formação* (pp. 355-374). Instituto Piaget.
- Lima, L. (2001). *A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica*. Cortez.
- Lima, L. (2012). *Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”* (Vol. 41). Cortez.
- Lopes, N. (2006). Tecnologias da saúde e novas dinâmicas de profissionalização. In G. Carapinheiro (Org.), *Sociologia da Saúde. Estudos e Perspectivas* (1ª ed.) (pp. 107-134). Pé de Página.
- Machado, E. (2013). *Avaliar é ser sujeito ou sujeitar-se? Elementos para uma genealogia da avaliação*. Edições Pedagogo.
- Melo, A., Lima, L. & Almeida, M. (2002). *Novas políticas de educação e formação de adultos: o contexto internacional e a situação portuguesa*. Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.
- Perrenoud, P. (1999). *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Artes Médicas.
- Perrenoud, P. (2000). *10 novas competências para ensinar: convite à viagem*. Artmed.
- Quintas, H. (2008). *Educação de Adultos: vida na currículo e currículo na vida*. Agência Nacional para a Qualificação, I.P., Lisboa, Portugal.
- SNS (2015). *Política de Saúde. Pilares do Programa*. Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019, em <https://www.sns.gov.pt/institucional/politica-de-saude/>.
- Sobrinho, J. (1996). Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. *Avaliação – Revista Da avaliação Da Educação Superior*, 1(1), 15-24. Retirado <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/722/pdf>.
- Sobrinho, J. (2004). Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?. *Educação e Sociedade*, 25(88), 703-725 Retirado <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88>

VI ENJIE

*Encontro Nacional
de Jovens Investigadores
em Educação*

4 e 5 fevereiro 2022